

# ENTRE QUATRO PAREDES? REFLEXÕES A PARTIR DA MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO PARTICIPATIVO DO MAP/UFPI

*INSIDE FOUR WALLS?  
REFLECTIONS ABOUT THE MUSEALIZATION OF ARCHAEOLOGY  
AND THE PROCESS OF DEVELOPING THE PARTICIPATORY  
MUSEUM PLAN OF MAP/UFPI*

**Vinícius Melquíades dos Santos**  
**UFPI**  
**Camilly Santana Nascimento**  
**UFPI**  
**Kamila Carvalho Feitoza**  
**UFPI**

## **Resumo**

O Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) completou dez anos em 2023 e, devido a isso, foi elaborado e cadastrado o Programa de extensão *Plano museológico participativo* (PLAMPA-MAP/UFPI) para o desenvolvimento de atividades vinculadas a elaboração deste documento de gestão e planejamento exigido por legislação. Enquanto museu universitário, científico, de Arqueologia e Paleontologia, defendemos que o Plano museológico seja, além de um documento, composto por atividades e processos constantes de pesquisa, ensino e extensão. Buscamos subsídios em vertentes atuais da Museologia e nos alinhamos com as perspectivas da Musealização da Arqueologia em exercícios que extrapolam as quatro paredes que delimitam a instituição.

## **Palavras-chave:**

Musealização da Arqueologia; plano museológico participativo; Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP/UFPI); museus universitários; extensão universitária.

## **Abstract**

*The Museum of Archaeology and Paleontology (MAP) at the Federal University of Piauí (UFPI) celebrated its tenth anniversary in 2023. Consequently, the extension program Participatory Museum Plan (PLAMPA-MAP/UFPI) was developed and registered to support activities related to the creation of this management and planning document required by law. As a university museum focused on science, archaeology, and paleontology, we advocate that the Museum Plan should not only be a document but also include ongoing activities and processes in research, teaching, and extension. We seek support from current trends in Museology and align with the perspectives of the Musealization of Archaeology in practices that extend beyond the four walls of the institution.*

## **Keywords:**

*Musealization of Archeology; participatory museological plan; Museum of Archeology and Paleontology (MAP/UFPI); university museums; university extension.*

## INTRODUÇÃO

O Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) é o filho caçula da vocação que o território da cidade de Teresina e do Piauí têm para a arqueologia. Caçula, pois antes dele tivemos a criação do Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP) em 1978 e do Curso de Graduação em Arqueologia em 2007, aos quais o MAP/UFPI, inaugurado em 2013, está íntima e familiarmente ligado. Necessário sublinhar que essa proximidade é um dos elementos fundamentais para o excelente desempenho das instituições envolvidas, respeitando as suas autonomias e as especificidades em seus programas, projetos, atividades e ações de pesquisa, ensino, extensão e gestão.

A Arqueologia na UFPI e no Piauí surgiram através dos trabalhos de Niède Guidon na Serra da Capivara na década de 1970 e da criação do Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP/UFPI) em 1978 na cidade de Teresina. No entanto, na década de 1980 o projeto de criação de um museu foi transferido, junto à arqueóloga, para São Raimundo Nonato e se consolidou com a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdam). As professoras do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, Jacionira Coêlho Silva, Maria Conceição Soares Meneses Lage e Sônia Maria Campelo Magalhães, alunas de Niède Guidon, deram seguimento aos projetos de arqueologia e às atividades do NAP. Em 2012, com a inauguração do segundo setor do Centro de Ciências da Natureza da UFPI (CCN-II) houve a construção de um prédio para a instalação do Museu de Arqueologia, almejado desde a década de 1970, e que logo foi ampliado para Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP), devido à importância que a Paleontologia conquistou dentro da UFPI e do Piauí.

O filho caçula da arqueologia em Teresina, o MAP/UFPI, completou 10 anos em 2023 e junto às comemorações pelas grandes conquistas e melhorias - arduamente conquistadas pelas pessoas que cotidianamente trabalham com o museu - surgiram reflexões sobre o MAP, seus presentes, passados e futuros. Onde a instituição quer chegar? Quais os possíveis caminhos a trilhar? Que instituição queremos? É a que temos? Podemos melhorar a qualidade das nossas atividades, a acessibilidade, a interação

dos visitantes com as informações/acervo/exposições? Qual a filosofia da instituição? Qual a função social da instituição? Quais os objetivos e metas?

Essas questões já são colocadas nos diversos documentos administrativos do MAP, tais como Regimento, Plano de Desenvolvimento de Unidade (PDU's) e Relatórios de atividades anuais, entre outros documentos internos da instituição que foram estudados e serão utilizados como base para a elaboração das propostas que poderão compor o Plano Museológico. Também serão utilizados os diagnósticos produzidos por discentes do Curso de Arqueologia da UFPI, funcionários do MAP e outros participantes da elaboração do Plano Museológico Participativo.

No entanto, partimos de uma revisão mais aprofundada que envolve as perspectivas e diretrizes atuais da museologia, como a Nova Museologia, a Sociomuseologia e a Museologia experimental. Destacamos que, devido à tipologia e temática do MAP, partiremos das reflexões e proposições da Musealização da Arqueologia, estabelecendo um diálogo direto com este campo de interseção entre a arqueologia e a museologia, exercitando sua incorporação nos processos de planejamento e vivência do museu.

Percebido desta maneira, o Plano museológico toma conotações de processos constantes de pesquisas e experimentações museológicas que podem/devem ser o coração das atividades dos museus. Assim, as atividades desenvolvidas nos processos de elaboração do Plano museológico, ainda em andamento, são consideradas a base da relação entre pesquisa, ensino e extensão, tripé das Instituições de Ensino Superior (IES), da UFPI e do MAP.

Como presente por sua primeira década de vida, foram conquistadas verbas para dois grandes projetos de ampliação, um interno e outro externo. Na área interna, será construído um mezanino que duplicará alguns espaços. No entorno do museu, a construção de uma Praça de Ciências abrigará também o Planetário da UFPI e eventualmente outras instituições. A duplicação de espaços como a reserva técnica e a área de exposição, por exemplo, oportunizam revisões e reformulações da exposição permanente presente no museu. A proximidade física com o Planetário, por sua

vez, pode proporcionar o estabelecimento de parceria, a ampliação da interdisciplinaridade e o fortalecimento de ambas as instituições. Além disso, durante as obras - previstas para durarem aproximadamente seis meses - há a proposta de trabalharmos e fortalecermos as atividades fora dos muros do museu e da universidade.

Nesta conjuntura foi apresentado e aprovado um projeto para a elaboração do Plano Museológico Participativo do Museu de Arqueologia e Paleontologia (PLAMPA-MAP/UFPI) enquanto Programa de Extensão<sup>1</sup> junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC/UFPI). É importante, portanto, não confundirmos o PLAMPA-MAP/UFPI que corresponde ao conjunto de atividades de pesquisa, ensino e extensão vinculadas ao Programa de extensão, com o documento Plano Museológico Participativo que será redigido a partir dessas atividades. Nos projetos e atividades que compõem o Programa de Extensão, PLAMPA, já foram produzidos sete diagnósticos, exposições, qualificação através de cursos e treinamento sobre planejamento e plano museológico, com ênfase na Musealização da Arqueologia e no diálogo constante entre as diferentes áreas envolvidas.

O título *Entre 4 paredes?* faz alusão tanto à necessidade de que o Museu não fique circunscrito às quatro paredes que delimitam o seu espaço físico, quanto às premissas dos planejamentos museológicos e estratégicos. Estas, muitas vezes, ao analisarem as fragilidades e os problemas internos das instituições, optam por manter essas questões internamente às instituições, ou seja, *entre 4 paredes*.

### **CONFLUÊNCIAS ENTRE ARQUEOLOGIA E MUSEOLOGIA: A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA**

Museus não são feitos só de paredes. Seus objetos são investidos de um discurso encenado por certos atores. Suas vitrines são o resultado de escolhas de outros. Aquilo que materializam é produto de um processo complexo e politicamente determinado que intitulamos teoricamente de musealização (Brulon, 2020, p. 03).

Ao adicionarmos a Arqueologia à definição proposta por Brulon, percebemos que as “escolhas” e os “processos complexos e politicamente determinados” pelos quais passam todas as Ciências modernas em muito influenciam,

quando não determinam os processos de musealização. Compreendemos, portanto, que nos aproximamos do que Camila Wichers (2016) denominou de antropofagia museológica que, no caso da Musealização da Arqueologia, atua sobre uma antropofagia arqueológica.

A musealização da arqueologia vem se delineando a partir das décadas de 1980-90 e propõe, de maneira geral, o estudo e o aprimoramento das atividades e procedimentos técnicos que compõem a cadeia operatória dos processos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ações educativo-culturais) voltado para as realidades arqueológicas. Com isso, objetiva-se a preservação e o uso social dos indicadores da memória - inclusive as exiladas - e dos patrimônios em torno de tais realidades, com finalidades também de promover maiores noções identitárias, de pertencimento e o exercício de cidadania (Bruno, 2021; Wichers, Ribeiro e Bruno, 2023).

Deve-se grifar, ainda, que a preservação patrimonial se refere tanto às coleções recém institucionalizadas, quanto àquelas que foram herdadas; da mesma forma, esses processos devem atender-se aos sítios arqueológicos e, mais recentemente, incorpora-se a ideia da musealização das narrativas, sejam essas construídas por arqueólogos/as ou por pessoas que compõem as comunidades envolvidas com tal realidade (Wichers; Ribeiro; Bruno, 2023, p. 16).

Em nossa leitura a cadeia operatória museológica marca um ciclo constante onde o fim é também um recomeço, através da autoavaliação, da constante pesquisa e da revisão de todas as etapas, culminando com uma proposta aberta e em constante transformação.

Arqueologia e Museologia são disciplinas que mantêm um embrião comum nos colecionismos e colecionamentos. O colecionismo que aflorou nos séculos XVI e XVII vinculado às empreitadas coloniais e colonialistas que formaram os primeiros gabinetes de curiosidade e, posteriormente, os museus. Principalmente na América latina, na África e em parte da Ásia, expedições pilhavam populações inteiras para composição de acervos para “exibição e estudo” inicialmente na Europa e, posteriormente, nos lugares invadidos. “Nessa época, as coleções passaram a representar, sobretudo, facetas do poder constituído e começaram a ser utilizadas como elementos de

ostentação” (Bruno, 2006, p. 294). Portanto, a ligação direta de ambas as ciências - arqueologia e museologia - com a violência física, simbólica e epistêmica do projeto colonial, tem seus alicerces no pensamento ocidental moderno e em saberes e práticas eurocêntricas pautadas no evolucionismo e no “caráter universal da experiência europeia” (Lander, 2005, p. 10).

Colecionamento(s), por sua vez, pois o surgimento da arqueologia e da museologia estão associados aos diferentes atos de colecionar, inclusive às práticas de colecionamento partindo do eu para o eu, ou, ainda que seja para visualização externa, onde o indivíduo coleciona a si mesmo (Abreu, 2005). Considerando isto e a ideia de que atos de colecionar são intrínsecos a nós humanos (Pomian, 1984), em todos os seus contextos e intervalos temporais, ressalta-se a importância de

(...) não confundir a noção universal da prática de colecionamento com o sentido particular de que o colecionamento foi investido no ocidente moderno, num regime de produção capitalista, como acumulação deliberada de bens ou enquanto propriedade de objetos materiais ou imateriais que alguns passam a deter em detrimento de outros (Abreu, 2005, p. 103).

Assim, enquanto os colecionismos são resultado do colonialismo, os colecionamentos são atos comportamentais humanos. Isso porque o ato de colecionar está intrínseco à vida humana, mas não necessariamente relacionado à ambição, às demonstrações de poder e prestígio, e à imposições e violências, como no caso dos colecionismos, mas advém de algo prático e diário onde o que é colecionado tem diversas significâncias e significados, primeiramente voltadas para o *eu*.

Entretanto, Museologia e Arqueologia vêm construindo outros caminhos através de reflexões críticas de suas práticas e heranças tradicionais enquanto Ciência moderna, consideradas colonialistas e eurocêntricas. Vinculado à movimentos gerais das ciências em diferentes contextos e escalas (do local ao global), incluindo os movimentos sociais e destacando, no caso brasileiro, a redemocratização que se iniciou na década de 1980, arqueologia e museologia passam por transformações e movimentos confluentes.

Mesmo que a relação entre Arqueologias pós-processuais e museologia, através da Musealização da arqueologia, já nos mostre mudanças,

principalmente no sentido crítico e inclusivo do tratamento das memórias, patrimônios e *museália*,<sup>2</sup> ainda não se atingiu o patamar desejado quando o objetivo é pôr em prática as vertentes museológicas decorrentes desses movimentos de abertura nas ciências sociais e humanas e, neste caso, na museologia e na arqueologia.

Um dos problemas na atual conjuntura da Musealização da Arqueologia, segundo Wichers, Ribeiro e Bruno (2023), está no hiato entre os estratos “pragmático” e “epistêmico”. Em síntese, o primeiro seria o lado prático da gestão - responsável por lidar diretamente com as diversas atribuições dos processos museológicos-curatoriais, entre estas, as diversas problemáticas como quantidade de materiais, falta e tipos de análises desenvolvidas, estados de conservação, as verbas e seus direcionamentos entre outras. O segundo estrato, denominado pelos autores de epistêmico, está vinculado à virada ontológica observada na Arqueologia, na Museologia, na Antropologia, nos Estudos de Cultura Material e em outras áreas, e “implica em considerar as materialidades menos como fixidez e mais como fluidez, na medida em que podem transitar por diversas categorias ao mesmo tempo - como ciência, sagrado, jurídico e ancestral” (Ibid., p.25).

Como então ultrapassar estes obstáculos e confluirmos ao caminho de descolonização<sup>3</sup> da Museologia, da Arqueologia, das instituições Museus e de suas atividades, processos e procedimentos?

Na Museologia e na Arqueologia, hoje possuímos novas linhas de pensamento e abordagens que buscam saídas alternativas para a questão acima. Seja através da sociomuseologia que se apresenta como uma das abordagens recentes da museologia que prioriza o sócio antes de tudo (Wichers, 2016). Ou seja, onde os processos museológicos perpassam pelo social o qual é afetado por tais processos, de forma conjunta, colaborativa e, acima de tudo, resultante em aproximação do sócio para com o processo como um todo, incluindo instituições, pessoas e seus patrimônios; seja a partir da Museologia social onde, em síntese, o museu deve ter no centro de suas atividades as questões sociais no qual se inserem, se tornando um lugar representativo de lutas e debates, evidenciando sua função

social e colocando os museus a serviço de uma educação crítica e reflexiva (Moutinho, 1993; Primo e Moutinho, 2021). Ou ainda, partindo de uma Museologia Experimental, onde não existe um único museu possível (resquícios de uma Museologia Tradicional), e o empírico permite demonstrar justamente isso, principalmente em experimentações de automusealização em função de alguma realidade social (Brulon, 2019).

Necessário sublinhar que essas vertentes partem de trilhas abertas pela Nova Museologia que nos últimos trinta anos do século XX manteve-se como “um movimento essencialmente empírico” (Varine, 2021, p. 13), expresso em declarações (p.e. Santiago, Quebeque, Oaxtepec), em encontros nacionais ou internacionais (workshops do Movimento Internacional para uma Nova Museologia-MINOM, encontros no Brasil, Canadá, Suécia, conferência da Unesco em Caracas), através de artigos e livros e de um novo vocabulário que apareceu inicialmente em alguns países: ecomuseus e suas redes na Itália e museus comunitários e outras formulações locais no México e América Latina (Ibid., p. 13-14). Isto posto, talvez seja mais produtivo falarmos em Novas Museologias, no plural.

Não somente a Museologia, mas a Arqueologia em muito caminhou. O surgimento das Arqueologias Pós-processuais na década de 1980 possibilitou ampliar os olhares de atuação da disciplina. Assim, cada vez mais, trabalhos de arqueologia pautados nas concepções de materialidade e vinculados à virada ontológica, tais como os das Arqueologias etnográficas, sejam do passado profundo, recente ou presente (Melquíades; Amaral, 2022) têm apresentado outros processos de subjetivação dos materiais, outras formas de (re)colecionamentos, outras percepções e concepções dos patrimônios e *museália*. Essas arqueologias, assim como outras<sup>4</sup>, propõem novas teorias e métodos, partindo de e voltados para coletivos antes desconsiderados, desvinculando a disciplina de sua origem tradicionalmente elitista e colonialista.

Estas abordagens, mais democráticas e inclusivas, adotam práticas colaborativas (Silva, 2024) e, por isso, envolvem diferentes ritmos de trabalho - antes nunca experimentados - decorrentes do envolvimento de pessoas e coletivos como atores durante todo o processo de pesquisa,

desde a definição de objetivos e métodos à interpretação e gestão dos patrimônios e conhecimentos construídos coletivamente. Ou seja, tais abordagens se desenvolvem voltadas para as necessidades e compromissos desses atores, assim apresentando outros ritmos associados, não só no sentido de tempo, mas sim de temporalidades.

Na perspectiva da Musealização da Arqueologia, uma alternativa a ser exercitada e experimentada na busca da superação do colonialismo naturalizado nas instituições museus seria a aproximação entre os estratos “pragmáticos” e “epistêmicos” supracitados (Wichers; Ribeiro; Bruno, 2023).

Isso nos mostra o impacto do movimento de abertura das ciências, não somente para a Museologia e para a Arqueologia, mas também para as humanidades em geral. As viradas ontológicas e epistemológicas resultam em uma autocrítica das ciências e no discernimento e aceitação de suas capacidades de ação e usos políticos no presente.

No caso das instituições Museus, essas questões convergem e se manifestam no cumprimento de suas funções sociais, como previsto na nova definição de museus do *International Council of Museums* (ICOM) - resultado de uma construção colaborativa mundial -, onde além de servirem à sociedade com pesquisas e o desempenho de ações correlatas aos patrimônios materiais e imateriais, pressupõem que “... com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos” (ICOM, 2022).

### **SOBRE A NÃO DISSOCIAÇÃO ENTRE ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS E O PLANO MUSEOLÓGICO COMO DOCUMENTO E PROCESSO**

No MAP/UFPI atualmente buscamos elaborar um Plano Museológico alinhado com as abordagens supracitadas, com base na Musealização da Arqueologia. Esta, por sua vez, propõe a partir da interface entre as áreas, a gestão do patrimônio arqueológico - musealizado ou não - onde, desde o início o objetivo seja o uso social com intuito

não somente de preservar, mas também de atuar em prol das pessoas e coletivos, representar seus ideais de pertencimento e suas relações identitárias (Wichers, 2016).

Com isso propomos um Plano Museológico que busca a incorporação crítica e adaptação dos elementos e métodos tradicionais apresentados pela museologia e pela legislação vigente, atuando com atividades<sup>5</sup> que exercitam e buscam a descolonização da instituição e das Ciências envolvidas. Dessa forma, almejamos apresentar novas formas de atuações nas quais o museu vai além do estar “aberto ao público” e se institui como um espaço sem muros - visto que muros são materialmente excludentes e domesticadores (Zarankin, 2001) - não mais confinado entre quatro paredes, em que a inexistência de muros permita viver outras realidades e formas de salvaguardar e comunicar, assumindo uma atuação crítica, efetiva e afetiva, mais aproximada de seus públicos e suas necessidades, escolhas, histórias e memórias.

Pensar essa descolonização tem como primeiro passo a instituição do PLAMPA/MAP-UFPI. A compreensão do Plano museológico enquanto documento e processo, e a não dissociação entre aspectos teóricos e metodológicos faz-se necessária, pois é a partir das ações e atividades em que buscamos a participação de outras pessoas, coletivos e comunidades em todas as etapas. O documento, resultado disso, credita em poucas palavras essas participações. Considerando isto e as abordagens supracitadas, sejam quais forem os passos dados até o documento final, as pegadas deixadas pelo caminho são o documento em si, pois são a materialidade do processo.

Apesar de ser definido legalmente como documento de gestão necessário à toda instituição Museu, o Plano Museológico<sup>6</sup> é uma ferramenta concebida através de diversas outras etapas - como diagnósticos; identificação dos espaços, dos conjuntos patrimoniais, dos públicos; detalhamento de programas, entre outros - e que juntas resultam em um Plano integral e de acordo não só com as diretrizes museológicas, mas também com as necessidades atuais das instituições. Com isso, o Plano deixa de ser apenas um documento, se aproximando de um movimento e ativismo social em função dos museus, contando com diversos partícipes, sendo eles não só

museólogos/as e funcionários/as do museu, mas também as comunidades ao qual este se insere e que tenham relação com os patrimônios.

Ou seja, apesar de a finalidade ser um documento de gestão, tal documento é construído a partir de um longo processo que perpassa várias atividades e pessoas, assim como exigido pela legislação. Aqui, buscamos chamar atenção para considerarmos o resultado documental intrínseco ao seu processo, no qual a dissociação entre ambos seja superada e o entendimento de que todas as cadeias do processo de elaboração são tão relevantes quanto o resultado final: o Plano museológico.

### **O MAP, SUA SIGLA E SEUS DOCUMENTOS**

Atualmente o MAP é um Órgão Suplementar da Universidade Federal do Piauí ligado à Reitoria e está inserido no Sistema do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) sob o número SNIIC ES-8396 (MAP/UFPI, 2020a: 09). Em seu Regimento Interno (MAP/UFPI, 2013) consta que se trata de uma instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público, que se destina à coleta, inventário, documentação, preservação, segurança, exposição e comunicação patrimoniais, mediante desenvolvimento de ações educativo-culturais. Como equipe, o MAP conta com apenas três funcionários, sendo um deles ligado diretamente ao museu enquanto os outros dois respondem ao Curso de Arqueologia, mas atuam no museu. O museu conta ainda com um conselho deliberativo composto não somente por estes funcionários, mas também por representantes docentes e discentes do Curso de Arqueologia e de outros cursos. Importante salientar que atualmente não há um(a) profissional de museologia no quadro de funcionários do museu e que tal ponto de fragilidade já foi diagnosticado e que vem sendo trabalhado, conforme será relatado no decorrer do texto.

Em estudo desenvolvido no âmbito dos museus universitários brasileiros<sup>7</sup>, os autores consideraram não apenas os museus tradicionais, mas todos os “lugares de salvaguarda do patrimônio cultural e científico universitário que desenvolvem alguma função da cadeia operatória museológica” (Carvalho, Julião e Cunha, 2022, p. 411). Apontou também que “espaços reconhecidos como museus

gozam de um grau de institucionalização maior que os demais espaços de memória e salvaguarda do patrimônio universitário” (Ibid., p. 413).

O MAP, por tratar de toda a cadeia operatória museológica, se enquadra em “Museu tradicional” e seu vínculo com a Reitoria o coloca também em situação de destaque. Sobre este último, o mesmo relatório informa que 35% das instituições partícipes da pesquisa estão vinculadas aos órgãos centrais das universidades, sendo 25,3% a pró-reitorias e 9,6% a reitorias (Ibid.).

O MAP/UFPI se caracteriza, fundamentalmente, por seu caráter científico, universitário, pedagógico e dinâmico, buscando assegurar a eficiência e eficácia de sua operacionalidade. Sua estrutura organizacional é interdisciplinar objetivando a pesquisa, o intercâmbio cultural e a extroversão dos conhecimentos acadêmicos-científicos, e tem buscado atuação fora dos muros da universidade, incentivando pesquisa, extensão e as trocas entre universidade e sociedade. Estes fatores são perceptíveis através dos relatórios anuais e dos planos de ação, além dos projetos desenvolvidos pelo ou com a participação do museu.

Ao abordarem o “caráter particular da gênese dos museus universitários”, a mesma pesquisa aponta que:

Grande parte dessas instituições foi criada nas extremidades da cadeia universitária, a partir da consolidação de iniciativas de preservação de acervos, proteção à memória, difusão científica e artística, frequentemente realizadas no âmbito de departamentos, laboratórios ou outros setores e segmentos universitários. São museus que trilham um caminho diferente de museus planejados pela estrutura administrativa central. Muitos são resultados de projetos de pesquisa e/ou extensão, sem pretensões museais, e gradativamente vão consolidando suas ações, acervos e corpo técnico até receberem reconhecimento institucional, em um percurso que passa por colegiados de cursos, departamentos e congregações até, eventualmente, colegiados superiores (Carvalho; Julião; Cunha, 2022, p. 413).

O MAP/UFPI também carrega a particularidade de ter trilhado parte de ambos os caminhos apontados acima. Ao passo em que foi uma criação que partiu do Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP/UFPI), conforme mencionado na introdução e, portanto, surgiu a partir das pesquisas deste núcleo. Se

considerarmos a criação do MAP, institucional (Museu) e física (instalações do museu) e a manutenção do NAP, enquanto instituição autônoma que ocupa um módulo no prédio no museu, percebemos a coexistência de duas instituições extremamente próximas, parceiras, porém independentes em suas atividades, o que pode gerar procedimentos e burocracias duplicadas.

O processo de construção de um novo edifício para abrigar o MAP, quando ele surgiu nos anos de 2012 e 2013, o coloca mais uma vez em situação de destaque entre os museus universitários nacionais, como um dos poucos a ocuparem um espaço novo e projetado para ser museu, fazendo parte do pequeno grupo de 7,8% entre as instituições partícipes da pesquisa. (Carvalho; Julião; Cunha, 2022, p. 421).

No regimento interno do MAP consta que sua administração geral é composta por seu Conselho deliberativo(I) e por sua Diretoria (II). Sobre o primeiro, é constituído pelo diretor do museu(I), pelos coordenadores de área do museu (II), um representante do NAP/UFPI(III), três representantes docentes do Curso de Arqueologia (IV), dois representantes discentes do Curso de Arqueologia(V) e um representante dos funcionários (VI), preferencialmente do MAP e eleito pela categoria no âmbito do próprio museu. Na composição da diretoria são definidas quatro coordenações: I- Coordenação de Museologia; II- Coordenação de Arqueologia; III- Coordenação de Paleontologia e IV- Coordenação de Comunicação Científica.

Destacamos que as composições colocadas podem e devem, em nossa leitura, servir como ponto de partida para a elaboração das Linhas de ação que irão compor o Plano museológico do museu. No entanto, há necessidade de uma revisão crítica e a inclusão de outras áreas e perspectivas.

O acervo presente no e aceito pelo MAP é composto “de coleções arqueológicas e paleontológicas, oriundas de pesquisas da UFPI e de parceiros (...)” (MAP/UFPI, 2013, p. 2). São coleções e peças arqueológicas de extrema importância para a compreensão das histórias e processos de (trans)formação humana, além de modos de vida e existência das pessoas e populações do passado, presente e futuro. Os

fósseis, igualmente importantes, são matéria-prima para a compreensão da evolução da vida no nosso planeta.

A Reserva Técnica é composta por uma sala de 35,93 m<sup>2</sup>, contendo seis armários deslizantes corta-fogo, iluminação, sistema de ar-condicionado e monitoramento de temperatura e umidade. Cada armário comporta 200 caixas padronizadas (estabelecidas na Resolução MAP 001/2017). Até 2021, foram emitidos mais de 70 endossos<sup>8</sup>, totalizando cerca de 20.000 peças arqueológicas e paleontológicas (não quantificadas). Quanto às diretrizes gerais da Política de Acervos do MAP, o documento destaca que o museu pode adquirir acervos arqueológicos e paleontológicos oriundos de pesquisas acadêmicas e não acadêmicas (mediante emissão de Termo de endosso institucional para Licenciamento Ambiental), além de doações espontâneas, verificando sempre a proveniência e seguindo os códigos de ética do ICOM e ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites*.

Para aquisição de qualquer acervo, o museu deve analisar não só a relevância histórica, cultural e científica, mas também os recursos humanos e materiais relacionados com a transferência, conservação, armazenamento e manutenção. Além disso, deve levar em consideração questões como a capacidade de armazenamento do museu, as consequências e possíveis prejuízos do deslocamento do acervo, a existência de outras instituições e/ou populações tradicionais que devem ter sua decisão sobre o destino do acervo respeitadas, entre outras.

Dentro das diretrizes para aquisição de acervo de material arqueológico, a Política de acervo do MAP define critérios de prioridade para o material a ser coletado, como “boa conservação”, “raridade do material”, “possibilidade de aprofundar temas de estudo” e “continuidade da coleção”. Para serem incluídos no acervo, os materiais devem ter sua origem arqueológica devidamente contextualizada e uma descrição precisa das suas características essenciais.

Quanto ao “descarte” - talvez mais bem definido com movimentação - de peças do acervo, ele pode ser feito através de doação, troca, transferência, repatriação ou destruição, como estabelecido pelo documento em questão. As

condições apresentadas para o descarte são: a) apresentar risco aos profissionais, visitantes, coleções e instalações; b) fragmentos que não possam ser identificados; c) não possuir informações sobre sua procedência; d) o museu não possuir condições adequadas para conservação; e) o material estar fora da área de interesse da instituição. Ressalta-se, ainda, que a decisão por descarte do material deve ser analisada rigorosamente pelas Coordenações e pelo Conselho, não podendo ser feita com intuito de gerar recursos financeiros e priorizando sempre a doação, permuta ou cessão dos objetos para outras instituições. Uma prática exitosa no MAP é a utilização de peças descontextualizadas ou com baixo potencial e significância para pesquisa e/ou exposição na composição de coleções táteis.

Neste ponto, destacamos duas questões que merecem atenção e reflexão. (1) Existem materiais no MAP/UFPI que não se enquadram em coleções arqueológicas e paleontológicas, havendo necessidade de revisão das categorizações e tipologias de coleções presentes no museu. Por exemplo, a inserção de acervos e coleções antropológicas, etnográficas, de arte popular, de folclore ou mesmo sertanejas que, no entanto, necessitam ser abordadas criticamente para a inclusão de novas tipologias ou categorizações mais condizentes com a realidade atual do museu<sup>9</sup>.

(2) As referências a doações de pessoas e comunidades são esparsas e não há um incentivo para que de fato ocorram, o que gera um desestímulo ou desconhecimento por parte das pessoas de fora do museu sobre esses procedimentos e possibilidades, podendo gerar ou aumentar distanciamentos entre o museu e as comunidades. O que contribuiria com a manutenção e perpetuação de posturas excludentes, aumentando o muro existente entre museus e comunidades ou mantendo as políticas e atividades do museu entre quatro paredes.

Os pontos levantados acima nos levam a uma reflexão sobre as áreas atualmente consideradas no Museu e seus respectivos pesos. O MAP/UFPI é uma instituição universitária, científica de arqueologia e paleontologia, além, obviamente, de museologia. Por mais óbvio que pareça a necessidade de que os museus tenham

museologia, é notório que diferentes instituições espalhadas pelo mundo as incorporam de diferentes maneiras e intensidades e, em alguns casos, são de fato imperceptíveis ou inexistentes. Há de se notar que no MAP uma hierarquia das siglas seria o inverso do seu nome (PAM), ou seja, em nossa leitura a Paleontologia ocupa um lugar de destaque, seguida pela Arqueologia e a Museologia. Entendemos a potência dos fósseis no imaginário coletivo e sua eficiência inegável para atrair os mais diversos e grandes públicos, mas, avaliamos que possa ser mais acertado buscar um equilíbrio entre as três áreas. Destacamos também a necessidade constante de pesquisas museológicas, buscando retornar a museologia ao seu lugar enquanto coração pulsante das atividades desenvolvidas pelo museu, sejam elas de arqueologia, paleontologia, antropologia, biologia, química, física ou quaisquer outras áreas.

## **EXPOSIÇÕES A FUNDO**

A exposição é entendida atualmente como uma das principais funções do museu e atua como um sistema de comunicação (Desvallées; Mairesse, 2013), interação (Cury, 2007) e troca de conhecimentos com os materiais e elementos expostos.

O MAP dispõe, dentro de sua estrutura, de espaços para interação, comunicação e uso por variados públicos. Esses espaços identificados são: o auditório, a área educativa e os locais destinados às exposições de longa e curta duração. A existência desses espaços no museu, as atividades desenvolvidas e o discurso expográfico, são essenciais para compreender as quantidades e qualidades das interações com os públicos.

Conforme já mencionado, dentro do MAP existem atualmente duas áreas de exposições: uma de (1) longa duração ou permanente e outra de (2) curta duração ou temporária. A primeira, que não apresenta título, exhibe principalmente materiais arqueológicos e paleontológicos resultantes das pesquisas e trabalhos dos professores e estudantes do Curso de Arqueologia e seus laboratórios. Esse material é advindo de endossos não só de pesquisas acadêmicas, mas também de projetos vinculados ao Licenciamento Ambiental. É importante destacar que além do acervo arqueológico e paleontológico, a exposição

também é composta por material etnográfico, que consiste em artefatos de cerâmica provenientes de doação.

A exposição de curta duração (2) é aberta para toda a comunidade acadêmica e não acadêmica que desejam expor suas produções, histórias e memórias. Dessa forma, aborda as mais variadas temáticas que “transitam entre artes, ciências, ancestralidades, corporeidades, moda, datas comemorativas, movimentos sociais, entre outros”, como observado no Diagnóstico Museológico<sup>10</sup>. Essas exposições também englobam produções de outros museus, como o Museu da Boa Esperança<sup>11</sup> que já realizou mais de uma exposição e outras atividades em parceria com o MAP.

São perceptíveis alguns descompassos entre essas duas exposições. Primeiramente, a exposição de longa duração é constituída por materiais paleontológicos, arqueológicos e etnográficos, sendo que a política de aquisição de acervo do museu não faz referência aos últimos. O que nos leva a refletir sobre as categorizações, já mencionadas, e a necessidade de rever a política de aquisição do Museu. Principalmente, pensar na inserção e integração destas coleções em toda a cadeia operatória museológica. De maneira que estes não sejam apenas itens decorativos e sim parte fundamental no discurso apresentado pela exposição, com imenso potencial para envolvimento das pessoas e comunidades que os produziram/produzem e com as quais se relacionam.

Sob essa perspectiva de desequilíbrio entre as áreas que fazem parte da exposição do MAP, é possível identificar uma grande diferença entre a exposição dos materiais arqueológicos e paleontológicos, uma vez que estes últimos já são mais extravagantes e recebem maior atenção quanto aos elementos expográficos. Como exemplo podemos destacar um enorme painel que aborda a trajetória da biodiversidade e suas modificações na Terra ao longo dos milhares de anos. Ainda que a exposição de longa duração como um todo seja carente de maiores informações, a exposição arqueológica necessita duplamente, pois as informações escassas sobre sítios, materiais e sobre a própria arqueologia dificultam a comunicação, entendida como interação e a troca de conhecimentos com os materiais arqueológicos.

As questões aqui apresentadas nos levam a refletir sobre toda a conjuntura da exposição de longa duração apresentada no MAP e realçar a necessidade de a museologia estar integrada a todas as ações que compõem a cadeia operatória do museu.

Para além das exposições que ocorrem dentro do museu, também destacamos a realização da exposição "Coisas de pescador", no bairro do Poti Velho, na Casa da Canoa, junto à XI Feijoada dos Pescadores em 2023.<sup>12</sup> Essa exposição vinculada ao MAP trata-se de uma experimentação museológica que oportunizou a vivência intensa no planejamento, elaboração, curadoria, montagem, monitoria, desmontagem e avaliação, que se mostrou desafiadora e produtiva principalmente no sentido de estabelecer uma aproximação entre o museu e a comunidade em questão.

A exposição espontânea, montada em menos de dez dias, surgiu através de um convite feito pelo Senhor Celso, *canoeiro* e responsável pela Casa da canoa, para que montássemos uma *barraca* do MAP para divulgação do patrimônio nos festejos que ocorrem no lugar. Ao aceitar o convite, ficou definido que todas as etapas da exposição seriam feitas com participação direta do Senhor Celso e de outras pessoas da comunidade.

O primeiro desafio foi definir o conceito gerador da exposição. As reflexões caminharam no sentido de uma exposição a princípio exclusivamente para divulgação científica e do MAP, do seu acervo e do patrimônio arqueológico e paleontológico local e regional, para um evento que também incorpora as pessoas e o lugar, suas histórias, afetos e memórias, seus patrimônios e seus modos de viver e (re)existir, conforme abordado por Hugues de Varine (2012).

As referências aos rios Poti e Parnaíba - que literalmente se encontram no bairro Poti Velho -, à pesca, à carpintaria náutica e a outros elementos componentes da identidade local foram bastante recorrentes e marcadas nas falas. Assim, foi proposto o título "Coisas de Pescador" para a exposição e ficou definido que o discurso expográfico abordaria também os patrimônios locais, a pesca e a produção de canoas, além das pessoas e do cotidiano local em torno dos rios.

O segundo desafio foi intensificar o inventário e estudos com as pessoas do lugar, objetivando identificar e inventariar potenciais patrimônios locais (pessoas, materiais, manifestações, lugares, memórias, histórias etc.) para que, depois de selecionadas e tratadas, compusessem a exposição. Essa linha de ação é extremamente importante e segue junto ao PLAMPA-MAP/UFPI definida como pesquisas com as comunidades.

O terceiro e último desafio aqui mencionado foi a instalação da exposição com baixíssimo custo e com materiais perecíveis, muitas doações e empréstimos das pessoas do lugar, em um evento à céu aberto, na beira do rio, em meio aos festejos do bairro Poti Velho e à festa dos pescadores. A exposição vem sendo percebida e incorporada, na presente pesquisa, como metodologia de aproximação entre a comunidade e o museu, objetivando a efetiva integração e engajamento das comunidades nas diferentes etapas que compõem a cadeia operatória museológica. Assim, a exposição é compreendida como trabalho que envolve pesquisa, ensino e extensão, assim como o PLAMPA-MAP/UFPI, o Museu e a Universidade.

A exposição espontânea e experimental "Coisas de Pescador" certamente cumpriu a sua missão que foi a de divulgação científica em meio a parte da população que muitas vezes não tem acesso aos museus. De fato, a maioria das pessoas do lugar não sabia da existência do MAP ou de sítios arqueológicos e paleontológicos dentro da cidade de Teresina. Foi exitoso também, ao esclarecer para os visitantes as diferenças e semelhanças entre Arqueologia e Paleontologia, e na divulgação do Curso de Arqueologia da UFPI. Além disso, a exposição enquanto método de busca ativa, sensibilização e engajamento, tem sido uma prática bem-sucedida. Prova disso é o convite para a realização da segunda edição em 2024 e a intensificação das pesquisas com a comunidade.

As exposições aqui analisadas, quais sejam: (1) exposição de longa duração, (2) de curta duração e (3) exposição espontânea e experimental, apresentam três propostas distintas, bem como os seus resultados no tocante à divulgação científica e do MAP e, principalmente, da relação/ interação com os públicos. Nesse sentido, a autoavaliação dessas exposições é essencial e, junto às visitas técnicas a outras instituições e

lugares - que são parte da metodologia adotada pelo PLAMPA - têm nos ajudado a pensar novas possibilidades de exposições, de discursos e de elementos expográficos que se aproximem ou venham da interação com as comunidades e sejam representativos dela.

As visitas técnicas a museus, pontos e lugares de cultura e memória em Teresina oportunizam, através de atividades extramuros, o (re) conhecimento de parte dos patrimônios locais e regionais. Auxilia (1) na percepção da não exclusividade dos museus enquanto espaços de gestão dos patrimônios, das memórias e das histórias; (2) na percepção e possibilidade de estudo dos discursos expográficos; (3) do surgimento e historicidade das instituições e/ou das coleções; (4) do imenso potencial para catalogação e estudo das coleções; (5) promovem a presença física nos lugares e nos levam a experiências de sensações que podem ser inspiração para futuras exposições. Nos propiciam também o levantamento oportunístico de informações para as fichas e inventários que estão em processo de elaboração e a busca ativa por potenciais parceiros para a elaboração do Plano museológico participativo e para o MAP.

### **ALGUMAS REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES A PARTIR DE NOSSAS EXPERIÊNCIAS**

As atividades desenvolvidas pelo PLAMPA-MAP/UFPI têm proporcionado revisões críticas e aprofundadas, além do levantamento de características e pontos de destaque do MAP. Essas características estão sendo colocadas nos diferentes diagnósticos, serão posteriormente avaliadas como pontos fortes ou fracos e sistematizadas em um diagnóstico unificado que será utilizado como ponto de partida para a elaboração do documento Plano museológico. Assim, propomos uma inversão na ordem das coisas: ao invés de definirmos inicialmente os pontos fortes e pontos fracos, conforme sugerido nos manuais e documentação sobre planejamento e plano museológico (BRASIL, 2009; Duarte Cândido, 2010; 2013; 2014), optamos pela identificação dos diferentes pontos sem o juízo de valor (forte ou fraco) para, posteriormente, fazermos qualificações. Esta metodologia, junto ao caráter participativo e colaborativo do Plano museológico que estamos elaborando, faz com

que seja um trabalho mais lento do que o de costume. Mesmo assim, já contamos com alguns diagnósticos a partir dos quais é possível tecer alguns apontamentos.

São notadamente dois pontos fortes do MAP (1) a comunicação museal e (2) as Normas de concessão de endossos. Na comunicação museal (1) se destacam as atividades de visitas agendadas<sup>13</sup> pelas escolas públicas e privadas, que constituem a grande maioria do público atual do museu<sup>14</sup>. E, o Programa ou Plano de ação educativo, que conta com atividades lúdicas para diversos públicos (Lage; Lage, 2021).

Não obstante as atividades supracitadas serem pontos fortes do MAP e que atraem maior parte de seu público atual, a exposição permanente ou de longa duração carece de uma maior atenção e atualização, conforme já mencionado. Percebemos que mesmo o Museu estando dentro do Campus da UFPI em Teresina, o público mais frequente é o do Ensino Fundamental (51,3%), seguido pelo Superior (26,1%) e Médio (16%).<sup>15</sup>

Este descompasso torna-se ainda mais latente se compararmos as exposições temporárias e a permanente, visto que as primeiras apresentam conteúdos e temáticas de forma mais crítica, reflexiva e socialmente engajadas, estando mais próximas às comunidades e sociedade em geral, com propostas e expografias mais atrativas para alguns públicos, incluindo o universitário e o adulto.

As normas para concessão de endosso (2) são um dos pontos fortes do MAP e de extrema importância, pois é através dos endossos cedidos a projetos de Arqueologia no âmbito do Licenciamento Ambiental que conseguimos parte da verba para manutenção da instituição<sup>16</sup>. A tabela ou planilha de análise desses projetos, feito pelo Coordenador de Arqueologia, é extremamente rigorosa e os pareceres funcionam como consultorias gratuitas para os profissionais e empresas que redigem e enviam os projetos para o MAP, havendo análise crítica e detalhada dos projetos, muitas vezes com sugestões de mudanças na metodologia ou em outros aspectos e pontos apresentados. Destacamos que a ligação direta do MAP com o Curso de Arqueologia é essencial também para os excelentes resultados nessas análises que, inclusive, já foram elogiadas pelo IPHAN-PI e pelas

empresas que, muitas vezes, acatam as sugestões e promovem mudanças a partir dos comentários apresentados nos pareceres.

As normas para concessão de endosso estão, no entanto, vinculadas à Política de acervos do MAP que, por sua vez, não pode ser considerada um ponto forte da instituição. Questões anteriormente colocadas - tais como a necessidade de revisão da política de acervos, atualização das tipologias das coleções, da expografia pouco eficiente e engajada socialmente - podem gerar ou contribuir com a percepção equivocada do museu enquanto depósito de peças e pesquisas. No outro extremo temos a visão igualmente compartimentada e equivocada dos museus como galerias ou áreas de exposição sendo, mais produtiva a percepção e consideração de toda a cadeia operatória museológica que envolve ações de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (expositivas e educacionais).

Apontamos, portanto, a necessidade de revisão aprofundada da Política de acervos, envolvendo aquisição, manuseio e eventuais descartes ou movimentação, bem como a necessidade de adequação do escopo material abarcado pelas coleções do museu, inserindo outras tipologias. Refletimos também sobre a possibilidade de elaboração de coleções de referências para cada sítio arqueológico e paleontológico, facilitando a utilização dos mesmos em atividades diversas, tais como exposições ou levantamentos para pesquisa.

Outra consideração a ser feita é sobre a possibilidade e, a nosso ver, a necessidade de estímulo às pessoas não acadêmicas e que vivenciam e lidam diretamente com os patrimônios, para que se envolvam em pesquisas, reflexões, atividades e ações do PLAMPA e do MAP. Dessa forma, cooperando com a gestão do museu e oportunizando aproximações e eventuais integrações entre museu e comunidades. Tal postura carrega consigo possibilidades de novos colecionamentos e ressignificações que devem ser feitos com esses novos agentes, possibilitando narrativas multivocais que vão além do discurso científico/acadêmico (Barreto e Wichers, 2021).

Neste ponto, refletimos também sobre o potencial para a atuação em rede, a partir da qual podemos buscar o estabelecimento de uma rede de museus (local ou regional) e/ou de lugares de memória

(incluindo as exiladas), de ciência e de cultura, seja da Universidade Federal do Piauí, do município de Teresina ou ambos.

No Brasil, as experiências com redes de museus surgiram na década de 1980 e atualmente colaboram como estratégia de gestão que institucionalizam parcerias (Carvalho, 2008), estimulam a circulação de informação e troca de experiências nas diferentes atividades que compõem a cadeia operatória de procedimentos museológicos.

Além das inúmeras experiências no Brasil e no exterior que podem nos servir de base para a proposição de uma rede de museu e lugares (Carvalho, 2008), no âmbito acadêmico destacamos a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG. Esta, enquanto uma das precursoras da atuação em rede no âmbito das universidades brasileiras, demonstra o potencial de construir e contribuir para o aprimoramento das políticas referentes aos seus patrimônios e da própria divulgação do conhecimento produzido pela universidade (Silveira e Julião, 2021: p. 39-40).

No âmbito das universidades, um dos desafios apontados pelos autores é o de:

estabelecer relações equilibradas, de reciprocidade, entre atores que apresentam características e perfis institucionais muito distintos, e superar uma cultura, própria do ambiente científico e universitário, marcada pelos padrões de especialização e criação de 'nichos', conforme destacado por Thomas Kuhn (2006) (Silveira; Julião, 2021, p. 40).

E, além disso, "construir um horizonte de interesses convergentes, capaz de estabelecer conexões e instituir uma agenda comum, preservando a autonomia e particularidades de cada espaço membro" (Silveira; Julião, 2021, p. 40). No caso da proposição de uma rede de lugares na UFPI, uma possibilidade que se apresenta seria a articulação entre diferentes espaços tais como o Sítio Arqueológico Ininga<sup>17</sup>, o MAP, o NAP, o Espaço Interativo da Física e o Planetário da UFPI, a biblioteca, entre outros espaços que venham a ser identificados e tenham interesse em compor uma rede.

A ausência de um(a) profissional de Museologia é uma questão marcada em todas as falas. Há um pedido em aberto e um imenso esforço por parte

da diretoria, comissão e técnicos do Museu para que se consiga abertura de vaga que atenda a essa demanda. Essa ausência pode ser estendida à ausência da Museologia na dinâmica institucional, havendo necessidade de que no MAP haja uma incorporação da Museologia. Em um recente levantamento e balanço sobre o atual estado da Musealização da Arqueologia, as autoras(es) enfatizam que:

(...) mesmo em espaços institucionalizados e reconhecidos nacionalmente, ainda se observa um acachapante distanciamento em relação à sociedade. Em grande medida, os museus e instituições de guarda recorrentemente deixam na periferia o pensamento museológico. Dito de outro modo, multiplicam-se museus e instituições de guarda sem Museologia, o que limita drasticamente o potencial de salvaguarda e comunicação dos referenciais de patrimônio, quando não os inviabiliza. (Wichers; Ribeiro; Bruno, 2023, p. 17).

A ausência da museologia, seja na figura de um(a) profissional da área ou enquanto disciplina acadêmica/científica, não pode ser associada aos atuais técnicos, comissões e/ou diretoria, visto que estes têm plena consciência dessa fragilidade e lutam cotidianamente para manter o MAP vivo e atuante. Estes são apenas alguns exemplos de reflexões e debates que têm surgido a partir das atividades do Programa de extensão PLAMPA-MAP/UFPI, dos diagnósticos que estão sendo feitos e que serão base para a elaboração do Plano museológico, junto a uma revisão dos objetivos, filosofia, metas e valores do Museu.

## APONTAMENTOS FINAIS

Nos baseamos em Paulo Freire (1988) na compreensão de que não existe ensino sem pesquisa, que nosso objetivo enquanto educadores é ensinar a “pensar certo” (com consciência crítica e autonomia), e que a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo. Assim, entendemos que o PLAMPA-MAP/UFPI e outros Programas de extensão, o MAP/UFPI e outros museus, e os planejamentos e planos estratégicos e museológicos desenvolvem - ou deveriam desenvolver - atividades de pesquisa, ensino e extensão.

O MAP passará por uma reforma estrutural entre 2024 e 2025. Através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) o museu conseguiu verba para fazer um segundo piso, um mezanino, que

uplicará grande parte de sua área interna. Com a duplicação da área de exposição, há possibilidade de revisão, atualização e ampliação das temáticas, linguagens, materiais e elementos expostos. Há um projeto vinculado ao museu que envolve os estudos e experimentações para a elaboração da nova exposição de longa duração do MAP. Buscamos, assim, compreender a museologia enquanto coração das instituições museus e a integração entre o planejamento museológico e as atividades de pesquisa, ensino e extensão. No entorno do museu há, em andamento, um projeto para a construção de uma Praça de Ciências que abrigará também o Planetário da UFPI e eventualmente outras instituições, oportunizando o estabelecimento de uma rede de museus e lugares de ciência.

É importante destacar que as análises aqui colocadas não são personalistas, são preliminares e partem dos diagnósticos e atividades desenvolvidas até o momento pelas diversas pessoas que compõem o PLAMPA. Além disso, trata-se de um texto propositivo e provocativo para a consideração da Musealização da Arqueologia nos Planos e planejamentos museológicos.

Nos alinhamos com as perspectivas atuais da Musealização da Arqueologia que buscam a integração de questões pragmáticas com questões epistemológicas, sendo este o principal exercício proposto pelo PLAMPA, ou seja, a não dissociação e incorporação destes dois aspectos pelo Museu.

## NOTAS

1. O PLAMPA-MAP/UFPI é composto por docentes da UFPI e de outras instituições e discentes da UFPI (em torno de 25 discentes), além de técnicos e funcionários do museu. O Programa de Extensão é coordenado pelo professor Vinícius Melquíades do Curso de Arqueologia da UFPI, sob Supervisão da Professora Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE/USP) e Assessoria Externa da Professora Camila Wichers (MAE/USP) e do Professor Diego Lemos Ribeiro (UFPEl).

2. Termo proposto por Zbynek Stránský para designar as coisas que passam pelo processo de musealização e que podem, assim, possuir o estatuto de objetos de museu (Mensch, 1994).

3. Sobre o conceito de colonialidade ver Lander, 2005. Na Arqueologia, na Museologia e na Musealização da Arqueologia, ver trabalhos e autore(a)s citados no presente artigo, tais como Haber, 2011; Silva, 2024; Brulon, 2020; Wichers, 2016; Wichers, Ribeiro e Bruno, 2023. Destacamos que, por serem conceitos e temáticas para as quais existe um amplo debate em diferentes áreas, não é o objetivo deste artigo fazer tais revisões ou histórico dos conceitos.

4. Arqueologias indígenas (Silva, 2017); Afrocentradas (Hartemann, 2018); Queer (Voss, [2000] 2021); da loucura (Brandão, 2023); Arqueologia como ação política (Ferreira e Funari, 2009); Arqueologia Indisciplinada (Haber, 2011a; 2011b).

5. (1) Elaboração de Diagnósticos museológicos, dos quais já contamos com 7; (2) Qualificação e treinamento de cursos, palestras e rodas de conversa, dos quais destacamos a Roda de conversa "Musealização da Arqueologia e Planejamento museológico"; (3) Grupo de estudos PLAMPA-MAP/UFPI com leitura e debate de textos; (4) Reuniões de planejamento; (5) Pesquisa com pessoas, coletivos e comunidades potencialmente interessadas na participação na elaboração do Plano museológico; (6) Visitas a Museus, lugares e Pontos de Memórias, Cultura e Ciência, tais como o Museu do Piauí, o Museu Dom Avelar, o Centro de Artesanato Mestre Dezinho, o Polo ou Vila cerâmica do Poty Velho, o Memorial Esperança Garcia, o Museu da Boa Esperança, o Mercado Central São José ou Mercado Velho.

6. Um plano museológico é legalmente definido como um documento fundamental para a revisão, organização, e atualização de instituições museológicas, regulamentado pela Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 referente ao Estatuto de Museus e que objetiva o cumprimento alinhado e efetivo da missão, valores e outros aspectos de gestão e função social das instituições museológicas. A legislação brasileira recomenda ainda que os Planos museológicos sejam elaborados de forma participativa.

7. O artigo é parte do "relatório final do diagnóstico dos museus das instituições de ensino federais (IFE's) realizado pela comissão que assessorou o Grupo de Trabalho (GT) de Museus da Associação Nacional Dirigente de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a partir de dados

coletados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2020 (Carvalho; Julião; Cunha, 2022).

8. Salva guarda de material arqueológico por instituições de guarda qualificadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, advindas de processos de Licenciamento Ambiental.

9. Nesse sentido, destacamos que está em andamento um Trabalho de Conclusão de Curso em Arqueologia desenvolvido por uma das coautoras deste artigo, Kamila Feitoza, que tem como objetivo abordar criticamente as tipologias presentes no MAP/UFPI e chamar a atenção para as possibilidades e necessidades de inserção novas tipologias. O estudo em andamento está vinculado ao Programa de extensão (PLAMPA-MAP/UFPI) e será parte do Diagnóstico de coleções.

10. Diagnóstico de Exposições realizado pelos discentes do Curso de Arqueologia/UFPI Bianca da Silva Alves e Yuri Correia Cardoso em 2023.

11. O Museu da Boa Esperança é um museu comunitário localizado na zona norte de Teresina-PI, no bairro Poti Velho, e que surgiu a partir da luta da comunidade (ribeirinha, muitos sendo descendentes indígenas e quilombolas, além de muitos serem parte de religiões de matrizes africanas) contra o processo de urbanização da área, gentrificação associada a um racismo ambiental, que impactaria negativamente as pessoas que ali vivem. A comunidade, o Curso de Arqueologia, o MAP e a Universidade constituem algumas parcerias com o Museu da Boa Esperança não só por meio da atuação de alguns docentes, como também de Programas de Extensão. Na proposta de uma rede de museus com as quais o MAP pretende dialogar e atuar, o Museu da Boa Esperança é uma importante parceria.

12. Veiculação na mídia da exposição disponível em: <<https://www.teresinadiario.com/video/1188/diversidades/poti-velho-recebe-exposicao-coisas-de-pescador.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

13. Em 2018, foi criado um sistema online de agendamento de visitas, diretamente pelo site do museu no servidor da UFPI (<<http://ufpi.br/agendamentos-map>>) e desde então (janeiro de 2019 até junho de 2023) ele foi utilizado 119

vezes. O serviço de agendamento, através do Formulários Google, permite também obter um perfil geral dos visitantes.

14. Conforme apontado no Diagnóstico de Comunicação e Público feito pelos técnicos do MAP, Renata Larissa Sales Quaresma Lage, Igor Linhares Araújo e Francisco José de Sousa Filho em 2023.

15. Conforme gráfico apresentado no Diagnóstico de Comunicação e Públicos feito pelos técnicos do MAP, Renata Larissa Sales Quaresma Lage, Igor Linhares Araújo e Francisco José de Sousa Filho em 2023.

16. É necessário esclarecer que, diferente da Arqueologia, na legislação brasileira que regulamenta os processos de licenciamento ambiental não há referências à Paleontologia e que, portanto, todos os projetos endossados pelo MAP/UFPI na área são exclusivamente acadêmicos.

17. O sítio arqueológico Ininga, localizado nas dependências da Universidade Federal do Piauí (UFPI), é um sítio multicomponencial que contém fragmentos cerâmicos e artefatos líticos com características de ocupação por povos Tupi. Ele também apresenta artefatos do período de transição entre os séculos XIX e XX.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 31, p.101-125, 2005. Disponível em: <[https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/museus\\_etnograficos1.pdf](https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/museus_etnograficos1.pdf)>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

BARRETO, Cristiana; WICHERS, Camila. Apresentação: Dossiê Museus e coleções arqueológicas: perspectivas antropológicas. **Revista Hawò**, Goiânia, v.2, p. 01-08, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/70337/37192>>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

BRANDÃO, Juliana. A nova política de saúde mental e o que a arqueologia tem a ver com isso. **VESTÍGIOS - Revista Latino-Americana de**

**Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, v.17, n.2, p. 171-192, 2023. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/41528/38665>>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28, p. 01-30, 2020. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155323/158906>>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.6, p. 293-313, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109276/107774>>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: PRIMO, J; MOUTINHO, M. **Introdução à Sociomuseologia**. Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Catedra UNESCO "Educação Cidadania e Diversidade Cultural": Lisboa, [2006] 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: alguns subsídios e antecedentes. In: BARRETO, C; WICHERS, C. A. M. Dossiê Museus e coleções arqueológicas: perspectivas antropológicas. **Revista Hawò**, Goiânia, v.2, p. 01-10, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/550dbf3-c4e6-45ff-9818-e478e834e5d1/PMCOB.195%20-%203089435.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Diagnóstico museológico: estudos para uma metodologia. In: SEMEDO, A.; NASCIMENTO, E. N. **Actas do 1º seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, v.3, Porto: Universidade do Porto, p. 124-132, 2010. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4496933/2010\\_Diagn%C3%B3stico\\_Museol%C3%B3gico\\_estudos\\_para\\_uma\\_metodologia](https://www.academia.edu/4496933/2010_Diagn%C3%B3stico_Museol%C3%B3gico_estudos_para_uma_metodologia)>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento.** Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; ROSA, Mana Marques. Arqueologia, museu e perspectivas: o diagnóstico museológico do Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu. **Cadernos do Lepaarq.** v.11, n.21, página, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/3166/2948>>. Acesso em: 26 de maio de 2014.

CARVALHO, Ana Cristina. Barreto. de. **Gestão de patrimônio museológico: as redes de museus.** Tese (Doutorado em Teoria, Ensino e Aprendizagem), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-19052009-160809/publico/3787928.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

CARVALHO, Claudia Rodrigues; JULIÃO, Leticia; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus Universitários no Brasil: Diagnóstico e proposições. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 10, n. 2, 20232. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/42505>. Acesso em: 27 out. 2024.

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP. **Revista CPC**, São Paulo, n.3, p. 69-90, nov. 2006/abr. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15598/17172>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia como prática política. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 4, n.1, p. 9-12, 2009. Disponível em: <[\[academia.edu/10184874/Arqueologia\\\_como\\\_pr%C3%A1tica\\\_pol%C3%ADtica\]\(https://www.academia.edu/10184874/Arqueologia\_como\_pr%C3%A1tica\_pol%C3%ADtica\)>. Acesso em: 01 de junho de 2024.](https://www.</a></p></div><div data-bbox=)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HABER, Alejandro. Nometodología Payanesa: Notas de metodología indisciplinada (con comentarios de Henry Tantalean, Francisco Gil García y Dante Angelo). **Revista Chilena de Antropología**, Santiago, n. 23, p. 09-49, 2011. Disponível em: <<https://revistadeantropologia.uchile.cl/index.php/RCA/article/view/15564/16030>>. 02 de junho de 2024.

HABER, Alejandro. Arqueologia, fronteira e indisciplinada. **Habitus**, Goiânia, v.9, n.1, p. 05-16, 2011. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2203/1362>>. Acesso em: 02 de junho de 2024.

HARTEMANN, Gabby. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. **VESTÍGIOS - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. v.12, n.2, p. 09-34, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/12196/9840>>. Acesso em: 03 de junho de 2024.

LAGE, Renata.; LAGE, Maria da Conceição. O museu em diálogo com o público: projetos educacionais construídos a partir do Museu de Arqueologia e Paleontologia (UFPI). In: FARIAS JÚNIOR J. P.; CASTRO, A. P. C. **História, museus e ensino: introdução à educação museal.** Belém: RFB, 2021.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires, Argentina: CLACSO, p.21-53, 2005.

MELQUIADES, Vinicius; AMARAL, D.M. Arqueologia do Presente e Etnografias Arqueológicas no Brasil. In: SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. T.(orgs.) **Arqueologia Histórica Brasileira.** 1 ed. Belo Horizonte: Carline e Caniato, v.1, p. 437-466, 2022.

MENSH, P. V. **O objeto de estudo da museologia.** Tradução de Debora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro UNI-RIO, 1994.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Museologia**, n.1, página, 1993. Disponível em: <<https://revistas.ulufona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>. 24 de maio de 2024.

OLIVEIRA, C. Coleções e colecionadores: As práticas de colecionar, motivações e simbologias. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 6, n.12, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16356>>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. **Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo**. In: PRIMO, J.; MOUTINHO, M. (Org.). Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2021.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi** - Memória e história. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

SILVA, Fabíola. Sobre práticas colaborativas entre arqueólogos e indígenas. Dossiê Povos Tradicionais. **Com Ciência** - Revista eletrônica de jornalismo científico. Dossiê 193 Povos Tradicionais, 2017. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/sobre-as-praticas-colaborativas-entre-arqueologos-e-povos-indigenas/>>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

SILVA, Fabíola. **Etnografando a arqueologia: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico**. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2024.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da; JULIÃO, Letícia. Rede de museus e espaços de ciências e cultura da UFMG: trajetória, desafios e perspectivas. **Revista CPC**, São Paulo, v.16, n.32 especial, p. 36-55, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/173067>>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VARINE, Hugues de. Prefácio. In: PRIMO, J.; MOUTINHO, M. (Org.). Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2021.

VOSS, Barbara. Feminismos, teorias queer e o estudo arqueológico de sexualidades passadas. **Revista de Arqueologia Pública**. v.15, n.1, p. 285-304. 2021. Tradução: Lídia dos Santos Ferreira de Freitas e Camila Azevedo de Moraes Wichers. Voss, B. L. 2000. Feminisms, Queer Theories, and the Archaeological Study of Past Sexualities. *World Archaeology* 32(2), p. 180–192. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666176/26984>>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

WICHERS, Camila. Sociomuseologia e Arqueologia Pós-processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 7, p. 31-56, 2016. Disponível em: <<https://recil.ulufona.pt/server/api/core/bitstreams/5aa764f4-8942-4c37-89e5-d2a3fff381d7/content>>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

WICHERS, Camila; RIBEIRO, Diego; BRUNO, Maria Cristina. Musealização da Arqueologia: percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Universidade de Brasília, v.12, n.24, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/003179865>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

ZARANKIN, Andres. **Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires**. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/218805>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

### Documentos citados

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Estatuto dos Museus, 2009.

ICOM - International Council of Museums Brasil. Nova Definição de Museus. Praga, 2022. Disponível em: <[https://www.icom.org.br/?page\\_id=2776](https://www.icom.org.br/?page_id=2776)>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MAP/UFPI - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Relatório Anual de Atividades. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2018.

MAP/UFPI - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL

DO PIAUÍ. Relatório Anual de Atividades. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2020a.

MAP/UFPI - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Plano de Desenvolvimento de Unidade (PDU) 2020-2022. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2020b.

MAP/UFPI - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Relatório Anual de Atividades. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2021.

Resolução nº004/13/CD/CONSUN de 14 de agosto de 2013. Boletim de Serviço da UFPI. Edição especial nº 232 - Agosto/2013.

Regimento Interno do MAP. Resolução nº063/13/CONSUN de 02 de dezembro de 2013. Disponível no site da UFPI: <<http://ufpi.br/documentos-map>> Acesso em 22 de maio de 2024.

Resolução nº01/2017. Estabelece as Normas de Emissão de Endossos Institucionais para guarda de remanescentes arqueológicos no Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí.

## **SOBRE OS AUTORES**

*Vinícius Melquíades dos Santos* é licenciado e bacharel em História (UFJF, 2007), e Mestre (2012) e Doutor (2017) em Arqueologia pelo MAE/USP. Desde 2019 é professor do Curso de Arqueologia da UFPI, do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq/UFPI) e do Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP/UFPI), neste último como Coordenador de Museologia. Em 2024 ingressou no Programa de Doutorado (2024/2027) em Sociomuseologia na Universidade Lusófona, através da Cátedra Unesco “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”.

E-mail: [melquiadesvinicius@gmail.com](mailto:melquiadesvinicius@gmail.com)

*Kamila Carvalho Feitoza* é graduanda em Arqueologia pela UFPI. Atuou como representante discente no Conselho Deliberativo do Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP, 2020-2022) e como Coordenadora de Eventos e Cultura do Centro Acadêmico (CA) de Arqueologia (2023-2024). Atualmente, é extensionista no Programa

de Extensão “Plano museológico participativo do Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI” (PLAMPA-MAP/UFPI).

E-mail: [kamilacfeitosa@gmail.com](mailto:kamilacfeitosa@gmail.com)

*Camilly Santana Nascimento* é graduanda do curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, membro do Programa de Extensão “Plano museológico participativo do Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI (PLAMPA-MAP/UFPI)”, tendo também atuado como representante discente suplente no Conselho Deliberativo do Museu de Arqueologia e Paleontologia-UFPI (2020-2022).

E-mail: [camillysantana@ufpi.edu.br](mailto:camillysantana@ufpi.edu.br)

Recebido em: 22/07/2024

Aprovado em: 29/10/2024